

POR QUE SERÁ QUE O NEERLANDÊS, AO CONTRÁRIO DO PORTUGUÊS, NÃO SE TORNOU UMA LÍNGUA UNIVERSAL? *

Um neerlandófono que vive e trabalha em Portugal, vê-se mais cedo ou tarde confrontado com esta pergunta. Na verdade, como explicar que o neerlandês seja hoje em dia um idioma falado por pouco mais de vinte milhões de pessoas, enquanto que se espera que o português sirva de veículo para uns 200 milhões nos anos 2000? Afinal, quer os Países Baixos quer a Bélgica não têm sido potências coloniais?

Ao pôr esta questão, os nossos pensamentos vão automaticamente para as características típicas da expansão colonial holandesa. Pois, os pequenos grupos que ao longo dos séculos emigraram dos territórios neerlandófonos — por razões económicas, religiosas ou políticas — não foram suficientemente numerosos e poderosos para impor-se, e acabaram por ser absorvidos pelo novo contexto.

Também os antigos Países Baixos do Sul, mais ou menos a Bélgica actual, não podiam dar origem a novas comunidades neerlandófonas: a pátria de Grotius fechou-lhes o Escalda, asfixiando assim o porto de Antuérpia, e contribuiu mais tarde para estrangular a Companhia de Oostende (autorizada em 1722), a saída que o Sul pensou ter encontrado. E quando Leopoldo II, no fim do século XIX, presenteou o seu país com uma colónia, o Congo, aquele tinha cariz francês.

Portanto, para começar, dá-se a resposta clássica: o império holandês foi em primeiro lugar um império comercial. Interessavam-lhe mais o monopólio de certos produtos e a hegemonia em várias rotas marítimas do que a posse de extensos territórios e a fixação de colonos em grande escala.

* Versão alargada de uma comunicação apresentada ao «Tiende Colloquim Neerlandicum», Gent, no verão de 1988.

Mas não nos sentimos completamente satisfeitos com esta explicação. Apesar de se tratar de um elemento básico, não será demasiado simples para abranger vários continentes e um espaço de três séculos e meio? Além do mais patenteia uma nítida cesura, que coincide com o fim das duas Companhias — das Índias Orientais e das Índias Ocidentais — portanto, grosso modo com a revolução francesa e o fim do Antigo Regime. E nestas duas fases ainda se distinguem tendências diferentes. Não contentes, portanto, começámos a ler e reflectir sobre as leituras. Permito-me expor aqui resumidamente os resultados. Este contributo baseia-se essencialmente em literatura secundária, aliás muito abundante, de que citamos no fim só uma bibliografia seleccionada. No entanto, convém realçar desde já a obra de C. R. Boxer, que tem sido o nosso ponto de partida.

Consta que, como primeira razão, temos que efectivamente manter a acima formulada, tradicional, explicação e apontar para a actuação das duas Companhias, principalmente aquela das Índias Orientais, que tem sido muito bem caracterizada por H. K. s'Jacob nestes termos: «Afinal, ela era uma companhia comercial, para a qual eficiência e economia eram mais altamente cotadas do que religião e cultura. Fortalezas fáceis de defender, armazéns sólidos e secos, um escritório, casas para os empregados, uma igreja para o sermão, isso bastava-lhe.»

Mas mesmo apontando a ânsia do lucro como elemento constante, temos que o matizar em dois sentidos. Nenhum país procurou a sua expansão por bondade gratuita. E como comerciar é uma actividade humana, tem inevitavelmente também outros aspectos. A apresentação do Português, que precedeu o Holandês, essencialmente como missionário, e do Inglês, que o seguiu, como negociante-gentleman, enquanto que o Holandês teria sido o glutão sem escrúpulos, é um daqueles mitos que têm sido questionados pelos historiadores. Continuam, porém, vestígios na escrita e na mente.

Em primeiro lugar: todos queriam a canela de Ceilão, a pimenta da costa Malabar, os têxteis do Coromânde, as especiarias das Molucas, a seda da China, a prata do Japão, o ouro da Guiné, os escravos da costa ocidental africana, a madeira e o açúcar do Brasil... Francisco Xavier escreve numa carta de 1545 acerca dos Portugueses (citámo-lo na versão francesa de B. Davidson): «leur appétit du gain será aiguisé pour y avoir goûté, et il y aura tout un torrent de bas

exemples et de mauvais usages». Garcia d'Horta por seu lado queixa-se: «onde vão não procuram de saber senão como ferão melhor suas mercadorias». E quem vislumbra algo de gentlemanlike na guerra do ópio dos anos 1839-42 por exemplo, ou na política agressiva «Do Cabo ao Cairo»?

Em segundo lugar: apesar dos princípios mercantis, tem havido personalidades como Baldaeus, Van Rheede, Rumphius... cuja obra ainda hoje tem valor. A actuação de João Maurício no Brasil (1637-44) mereceu uma avaliação positiva de historiadores de vários quadrantes. Apesar das muitas restrições a feitoria holandesa de Deshima deixou passar um fio cultural entre o Japão e o Ocidente. A Sociedade para as Artes e Ciências, fundada em Batávia em 1778, terá sido a instituição científica de origem ocidental, que mais antiguidade tem na Ásia. E diz-se que o Museu de Etnologia em Leiden (1837) é o mais antigo do seu género na Europa.

Mas mesmo assim, a política de não-intervenção das Companhias (ou se for inevitável, o menos possível), os seus regulamentos muito restritivos (principalmente a proibição de iniciativa privada) e o limitado acesso a cidadãos livres, afectou a expansão holandesa de maneira geral e limitou, ipso facto, também a difusão da língua neerlandesa.

Esta política diferente tem sido muitas vezes relacionada com as características típicas das sociedades portuguesa e holandesa, e a identidade dos seus povos — mais tarde debruçamo-nos sobre esta vertente. Novo para mim foi, o facto de alguns historiadores a explicarem também como consequência de experiências: seja a observação da portuguesa, seja a própria experiência esporádica dos nórdicos. E. Stols é de opinião, que dezenas de anos antes da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, vários neerlandeses tomaram consciência dos problemas específicos de uma exploração agrícola capitalista numa economia colonial. E que, em consequência desta difícil acumulação, vários de entre eles se limitaram ao comércio. Pelo seu lado S. A. Arasaratnam diz: «Os governadores de Ceilão tinham num extenso território autoridade sobre pessoas, cuja sociedade, leis e costumes desconheciam. Quando os Portugueses encontraram as mesmas dificuldades, conservaram muitos elementos do tradicional governo indígena. Os Holandeses fizeram o mesmo e mantiveram o mais possível a estrutura tradicional, sobrepondo-lhe a hierarquia holandesa.»

Um segundo factor da nossa argumentação, muitas vezes ignorado apesar das narrativas antigas e panfletos abundarem de referências, é que os produtos cobiçados, e portanto também as feitorias, costumavam encontrar-se em zonas tropicais, muitas vezes de clima insalubre. O calor só por si já é um problema para quem nasceu num clima temperado. Doenças como malária, tifo, cólera, febre amarela agravam-no. Aliás, só para alcançar o seu destino já era precisa muita sorte, pois a embarcação — apesar dos grandes progressos — continuava precária e exígua. A travessia marítima era perigosa e dificultada por pirataria, falta de comida e água frescas. Se juntarmos a isso uma higiene deficiente, um estilo de vida pouco adaptado e irregularidades no comportamento, como o alcoolismo, compreendemos que a mortalidade era muito elevada e que existia, de maneira geral, pouco entusiasmo por embarcar. Jerónimo Münzer, que foi recebido por D. João II, escreve, referindo-se à costa ocidental da África: «As pessoas do norte [...] não suportam bem o clima dessas regiões: morrem quase todas.» Ainda por cima, eram os portos que no comércio colonial mais importância tinham e estes ficavam muitas vezes na foz de um rio ou na margem de uma lagoa, o que os tornava ainda mais infectos. Notei o paralelismo entre Batávia e Goa, onde os habitantes tinham que sair da cidade antiga, devido a problemas de água potável e mosquitos. E «felizmente?» para eles, os Holandeses não conseguiram conquistar a Ilha de Moçambique, já que o seu clima era péssimo. Assim, o Cabo subtropical tornou-se a sua paragem habitual no caminho da Índia. Esquecemos muitas vezes que só nos séculos XIX e XX o progresso das ciências e da tecnologia possibilitou viagens mais rápidas e seguras, mais higiene e conforto e um combate mais eficaz às doenças tropicais. Mas naquela altura os Países Baixos já tinham deixado de ser uma grande potência. Será imprudente afirmar que, do ponto de vista linguístico, o seu apogeu se situa demasiado tarde para um tipo de expansão e demasiado cedo para outro?

Como terras onde as Companhias ou os seus funcionários, apesar de tudo, actuaram de maneira expansionista (presumo ser escusado falar aqui sobre o Cabo por um lado, e as Índias Orientais/Indonésia, Guiana/Suriname e as Antilhas por outro lado — estas tornaram-se efectivamente colónias), temos que mencionar as seguintes: No Oriente: Formosa/Taiwan, onde a influência das estruturas holandesas nas locais foi manifesta, e Ceilão/Sri Lanka, onde a Companhia

se ocupou de maneira bastante intensiva com a população indígena. No Oeste: a região do Hudson, para onde se propagou emigração, e o Nordeste do Brasil, onde Maurício teria visto com agrado a fixação de colonos. Principalmente os dois últimos — na zona do Atlântico — encontram-se repetidamente mencionados como lugares geográficos, onde os Holandeses podiam ter criado raízes, originando comunidades próprias.

A perda destes e doutros sítios é muitas vezes atribuída à indiferença, apoio insuficiente da metrópole, medidas tardias, um maior interesse pelas Índias Orientais, falta de consenso na política das Companhias, que visavam o lucro imediato ou a curto prazo para os seus accionistas... e claro, isso tudo deve ter tido o seu papel. Mas do lado português deparamos também com falta de meios materiais e humanos, ajudas tardias, medidas nem sempre coerentes, queixas de vária ordem. Parece-me que, no fundo, a perda dos sítios acima mencionados, se deve à superioridade do adversário. Ao contrário da história portuguesa, onde se distingue um fio irracional, a holandesa foi caracterizada por bastante realismo e pragmatismo. Os Holandeses não tinham o hábito de lutar contra moinhos, aproveitavam-nos. Quanto ao Hudson e Ceilão: devem ter percebido que não podiam travar o crescente poder inglês. Não percamos de vista, que a relação europeia de forças costumava reflectir-se no mundo colonial. Aliás, os interesses dos povos «protegidos» ou das comunidades europeias aí estabelecidas não coincidiam necessariamente com os da metrópole. E, por outro lado, confrontos nas colónias podiam trazer retaliações na Europa. Diferente era a situação da Formosa, onde os Holandeses perderam a sua influência devido ao desaparecimento da dinastia Ming a favor da dinastia Manchu, o que originou lutas e emigração maciça para Formosa. No Brasil, os Portugueses revigorados depois da Restauração, conseguiram expulsar os Holandeses com a ajuda de forças locais, onde homens de cor tinham um papel importante. Pois, já se tinha formada aí uma sociedade mista. E assim chegámos ao ponto seguinte muito importante: Portugal tinha um avanço de um século, portanto de várias gerações.

Quando Filipe II proibiu aos hereges do Norte o acesso aos portos da Península Ibérica, e os Holandeses foram buscar eles próprios os produtos ao ultramar — de preferência na zona de influência portuguesa — os seus predecessores já tinham deixado aí a sua língua,

a sua fé católica-romana e uma população mista. E temos que ver de perto estes três elementos.

Começemos pela situação linguística na Ásia. Quando os Holandeses chegaram, já havia duas línguas francas: uma de origem asiática, o malaio, e uma de origem europeia, o português. Não havia necessidade de uma terceira.

Jan H. van Linschoten, que no seu Itinerário (1.^a ed. 1596) tinha mostrado que o império português, esgotado, se tinha tornado um gigante com pés de barro, escreve a propósito de Malaca (utilizamos a versão mais acessível de Van der Moer): «Tomaram as melhores palavras de todas as línguas [...]. E esta língua, chamada malaio, tornou-se célebre e é considerada a mais civilizada e a mais apta de todo o Oriente. Os Malaios [...] têm variados poemas de amor, canções e rimas amorosas, em que excelem e de que se orgulham. Alguém que não sabe malaio na Índia, não conta, à maneira do francês nas nossas terras.» A formulação pode ser ingénua, porém não nos deixa dúvidas, de que o malaio gozava de um grande prestígio como língua cultural e que era imprescindível como língua veicular. E nós podemos completar van Linschoten, lembrando que se tornou também a língua do islão no Arquipélago.

Quanto ao português: foi utilizado no contacto de europeus com asiáticos, mas também entre eles quando um desconhecia a língua do outro. Encontramos uma profusão de exemplos no estudo de D. Lopes, actualizado por L. de Matos, do qual destacamos alguns.

Em 1545 escreve Francisco Xavier: «Se da nossa Companhia vierem alguns estrangeiros que não saibam falar português é preciso que o aprendam, porque de outro modo não haverá intérprete capaz que os entenda». Parece que, nas suas primeiras viagens de reconhecimento ao Oriente em fins do séc. XVI, os Holandeses Houtman e Van Neck foram munidos de documentos em português. No séc. XVII os reis de Ceilão e de Aracão correspondiam em português com Batávia, visto que este idioma se tinha tornado a língua da diplomacia num vasto espaço. Um missionário protestante lamenta em 1709: «É pena que não tenhamos tido mais facilidades na Alemanha para aprender esta língua na perfeição, visto ser tão universalmente útil para o fim que nos propúnhamos». Mas felizmente alcançou no Cabo um Novo Testamento em português, impresso em Amsterdão em 1681, e um pequeno tratado tipo catecismo. Ainda no 1.^o quartel do séc. XVIII Alexandre Hamilton constata: «Eu não consegui encontrar uma pessoa em 10 000 habitantes da Índia que fosse capaz de falar

suficientemente inglês.» É portanto obrigado a usar português para os contactos necessários. Numa data tão tardia como 1833 o tratado entre Sião e os EUA leva uma tradução portuguesa, comunica-nos L. de Matos. Ainda no sundanês do séc. XX os Holandeses eram às vezes chamados Portugueses e a língua deles «basa Perteges», obviamente no sentido de «língua europeia». Consta assim que o próprio governo de Batávia e os ministros calvinistas foram obrigados a usar português, contribuindo desta maneira para a sua manutenção no tempo das Companhias. Em Batávia, Colombo e Amsterdão imprimiu-se material em português para as missões. Aliás, foi interessante ouvir num programa televisivo, que na Índia ainda hoje existe a expressão «falar cristão» para designar português.

Linguisticamente falando, a evangelização tem sido um caminho em dois sentidos. Muitos são os missionários que, para propagar a fé, estudaram o idioma dos grupos visados e elaboraram os primeiros vocabulários e gramáticas. Mas, por outro lado, espalharam também através das suas escolas o idioma do grupo da sua origem. A Igreja estimulou de maneira intensiva a expansão portuguesa, e o elemento religioso tem sido realmente uma constante. Já começou com a cruz nos veleiros das viagens de descobrimento e ainda num diploma publicado em 1930 encontramos acerca da função histórica da nação portuguesa: «civilizar as populações indígenas, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.» Rei e Igreja, espada e cruz eram elementos correlativos, como sublinhou Boxer. Todos nós sabemos das inevitáveis rivalidades e discordâncias que foram aparecendo entre o Padroado Português e Roma, entre o clero secular e regular, até entre as próprias ordens, mas no fundo estes também se complementavam.

Uma menor influência da língua e cultura neerlandesa fora da Europa tem, sem dúvida nenhuma, também a ver com uma menor evangelização. Repetidamente troçou-se desta faceta da Companhia e da colonização holandesa em geral. Mas houve com certeza sérias tentativas em várias épocas. Recordemos aqui em particular Formosa, Ceilão e Amboíno no tempo da Companhia. Em fins do séc. XVII houve 112 igrejas protestantes em Ceilão. Só na península de Jaffna chegaram a ter 34 escolas com uns 20 000 alunos — em consequência disso grande parte desta população sabia ler e escrever, muito antes da vinda dos Ingleses.

Mas do outro lado da balança, que era também uma escala de valores, estavam os escassos indígenas do Cabo — Hotentotes e Bosquímanos tão primitivos, que foram o espanto de todos os Europeus que aí aportaram.

A consideração pelos escravos negros nas Índias Ocidentais não era muito maior e, em consequência, o seu tratamento também não — principalmente na Guiana/Suriname que se tornou uma colónia de plantação. O sistema em vigor chegou aí a ser tão repressivo, que os escravos não podiam casar-se, tornar-se cristãos e aprender a língua dos donos. Os brancos, calvinistas e judeus, não costumavam favorecer a evangelização mas também a contrariaram. Todavia, esta atitude não foi apanágio só da Guiana holandesa.

Mas, se queremos avaliar as actividades missionárias nas zonas de influência holandesa com objectividade, não podemos esquecer que nos primeiros tempos o cristianismo protestante estava ainda a organizar-se e consolidar-se. A própria pátria continuava por missionar. Além disso, o protestantismo ramificou-se cedo, as várias tendências combateram-se às vezes violentamente, e nos primórdios da expansão holandesa, só ministros calvinistas foram autorizados no ultramar. Assim, o número de emissários nunca era suficiente. Com isso contrastava a poderosa organização da Igreja Católica, que depois do Concílio de Trento ganhou novo fôlego e encontrou tropas de elite nos jesuítas.

Mais, o ministro protestante dos tempos das Companhias era o seu empregado, pago por elas e portanto dependente. Tinha menos liberdade e menos autoridade do que queria. Afinal, a oligarquia burguesa comerciante preferia não ter um estado dentro do estado. E enquanto durante séculos famílias católicas importantes se orgulhavam de ter missionários entre os seus membros, isso parece não ter acontecido com as poderosas dinastias comerciantes holandesas. Também devido a esta sua origem humilde, os ministros da altura tinham geralmente menos autoridade no seu contexto colonial. Além disso, não costumavam ficar muito tempo, eram às vezes transferidos arbitrariamente e tinham que preocupar-se com as suas famílias, enquanto que os missionários católicos eram em princípio celibatários e costumavam ficar mais tempo, às vezes para sempre, o que aumentava o seu impacto. Em consequência disso tudo, a influência protestante limitou-se mais aos centros urbanos — enquanto que os padres católicos viviam com frequência em postos avançados no meio dos indígenas. O facto do ministro protestante às vezes ter que

combinar várias tarefas, nem sempre gratas, limitou ainda mais a sua influência. E posso imaginar que naquela altura se sofria e morria mais «facilmente» pela fé, pelo rei e pela pátria do que pelos directores das Companhias.

Finalmente, temos que realçar que o calvinismo mais racional e abstracto era menos atraente para os Hindus e Budistas da Ásia, os povos animistas da África e muitas tribos da América do Sul, do que o catolicismo com o seu culto de Maria e dos santos, as suas imagens e bandeiras, os seus trajes rituais, o seu incenso e as suas procissões. Mesmo assim, o catolicismo na Ásia limitou-se em grande parte aos povos costeiros, geralmente pertencendo às castas inferiores — como os pescadores — e portanto mais fáceis de converter. De conversões maciças de moslemes não ouvimos falar e de muitas conversões nas castas superiores também não. E no que respeita aos relativos êxitos na China e no Japão: quando se achou, que a influência deste corpo estranho se tinha desenvolvido demasiado, foi rejeitado. É evidente, pois a religião estava estreitamente entrelaçada com a cultura, as estruturas sociais, económicas e políticas.

Que o uso do português na Ásia foi também estimulado pelo contacto dos Holandeses com as mulheres locais portuguesas e mestiças, fala por si. Mais: o pessoal doméstico em Batávia foi recrutado na mesma esfera de influência, e como era costume entregar os filhos aos cuidados dos escravos e criados, isso significava um reforço do elemento português. Algo semelhante, mas de maneira mais efémera, aconteceu na África e na América do Sul.

E como é sabido, há linguistas que explicam o idioma Afrikaans da África do Sul como o resultado de um processo de crioulização, em que também o português-malaio teria tido um papel. No Oeste, o Papiamento das Antilhas holandesas teria um elemento português, introduzido pelo idioma dos escravos, reforçado pelo contacto com os seus donos judeus Sefardim e pelo convívio das crianças brancas com o pessoal doméstico. Parece-me que um estudo comparativo do Papiamento e do crioulo de Cabo Verde e Guiné-Bissau podia revelar-se muito interessante.

Aliás, para linguistas interessados neste tipo de estudos, as migrações da nossa própria era não são menos aliciantes. No séc. XVI Clenardo escreveu aos seus amigos, que muita gente do Norte estava

a trabalhar em Portugal. A seguir à segunda guerra mundial assistimos a uma corrente em sentido contrário: uma migração dos povos do Sul para os países industrializados do Norte — com consequências também no domínio linguístico. E pode ser que o elemento português no Papiamento fique reforçado pela presença de uns três mil Portugueses em Curaçau, na altura directa — ou indirectamente atraídos pela Shell? Por seu lado, M. Valkhoff, que se esforçou tanto para provar a influência portuguesa no Cabo, ficaria admirado de encontrar na África do Sul de hoje mais de meio milhão de Portugueses... No entanto, em Suriname, país vizinho do Brasil, a influência actual do português parece ser mínima. Os dois estados ficam separados por densas florestas tropicais e pela serra Tumac Humac, concentrando-se a maior parte da população na faixa costeira do Norte. Todavia, os linguístas constataram um número importante de palavras de origem portuguesa no vocabulário básico do saramakaans, uma língua crioula dos negros da floresta. Se, antigamente, relacionaram isso com a influência dos Sefardim na Guiana holandesa, contributos mais recentes — como de Jan Voorhoeve — apontam para o pidgin português, meio de comunicação na costa ocidental da África e no tráfico negroiro.

Entretanto, nenhuma das razões que avançámos até aqui para explicar a maior expansão da língua portuguesa no mundo, é de ordem puramente linguística. Havia, porém, também elementos deste tipo.

Assim é óbvio que a língua franca portuguesa daquelas zonas costeiras era uma variante crioula, com vocabulário reduzido e gramática simplificada — portanto, um idioma mais fácil de assimilar no dia-a-dia do que o neerlandês acabado de importar. Além disso, há quem aponte para o facto de que a própria língua neerlandesa dos princípios do séc. XVII ainda não estava bem firmada. Na verdade, depois da cisão dos antigos Países Baixos, com o Norte a ganhar supremacia em relação ao Sul, recomeçou o processo de formação de uma língua padrão, agora com base holandesa. E no que diz respeito mais especificamente ao Arquipélago Malaio: os indígenas teriam tido mais dificuldade com a pronúncia das consoantes holandesas, em particular das guturais. Seja como for, presumo que os povos malaios e outros devem ter problemas com certos sons do inglês, no entanto esta língua tornou-se universal. Portanto, este não deve constituir um factor de peso.

Pela sua curiosidade inserimos aqui uma sugestão formulada por Gilberto Freyre, segundo a qual a língua portuguesa deve talvez ser filiada, pelas suas predominâncias de carácter ecológico-social, na classe das línguas faladas ao ar livre. Predominâncias que teriam sido fornecidas de início pelos contactos da população lusitana com o mar; depois pela sua expansão principalmente em áreas ou espaços tropicais, propícios aos sons indiscretos, às vogais escancaradas, talvez aos próprios «ãos»!

Se este argumento nos faz sorrir, outro grupo importante para o nosso assunto deriva realmente das diferenças na sociedade e identidade de respectivamente Portugueses e Holandeses, como já mencionámos atrás. É terreno mais escorregadio, já que é impossível reduzir milhões de pessoas a um único denominador, que as sociedades vão mudando e que ainda subsistem susceptibilidades. Aliás, de acordo com a época histórica por um lado e a origem, formação e inclinação dos autores por outro lado, tem havido comentários negativos, positivos ou neutros — e mais do que uma vez contraditórios. Até dava para um artigo em si. Destaquemos aqui os elementos mais relevantes para o nosso tema.

Assim apontou-se, várias vezes para o carácter ainda predominantemente feudal do reino de Portugal na altura das viagens de descobrimento — e um tipo de expansão daí resultante com capitánias. Com isso contrastava a estrutura solta da República das Sete Províncias Unidas com o seu capitalismo liberal burguês, que deu uma preferência secular a feitorias.

Além disso, quinhentos anos de presença árabe teria deixado marcas nas sociedades da Península Ibérica. O Português, principalmente este do Sul, teria estado não só geograficamente mas também psicologicamente mais perto da África. Estava na sua terra habituado a um grande agregado familiar, ainda aumentado de padrinhos e madrinhas. Lidava em casa com muita criadagem e habituou-se à presença de escravos na própria metrópole. Na Holanda, porém, onde o feudalismo nunca conseguiu um impacto tão grande, revelaram-se cedo características individualistas. Uma das canções populares do séc. XVI reza: «Ajuda-te a ti próprio e Deus te ajudará.» Se o Holandês costumava filiar-se em variadíssimas associações, dava no entanto muito valor à privacidade do seu lar, onde empregados domésticos internos se foram tornando cada vez mais raros. É relevante que viajantes portugueses achem necessário sublinhar que em muitas casas abastadas dos Países Baixos a própria dona de casa,

eventualmente suas filhas, servia à mesa, preservando assim a intimidade da família.

O Português com o seu analfabetismo e machismo teria embarcado com menos orgulho e preconceitos do que o Holandês com a sua moral de classe e dignidade de comerciante. O elemento afectivo do feitiço luso teria facilitado o contacto com os povos dos trópicos, a sua aculturação e sua miscigenação, enquanto que o Holandês teria sido mais frio, mais rígido, de maneiras pouco atraentes. O Português católico teria acreditado na possibilidade de uma grande irmandade, abraçando todos os povos, enquanto que o calvinista se teria identificado com o povo eleito do Antigo Testamento, mais preocupado em manter pura a sua fé no meio dos pagãos.

Este comportamento do Holandês no ultramar teria tido raízes na sociedade segmentada da sua metrópole. Ao invés dos países absolutistas figurava na constituição desta república de cariz calvinista a liberdade de consciência. Isso levou desde o séc. XVI ao aparecimento de uma população muito diversificada: católicos, judeus, livre-pensadores, além de outros grupos de protestantes, como luteranos, anabaptistas... Portanto, habituaram-se a uma relativa coexistência. A emancipação destes grupos a partir do séc. XIX levou a uma «compartimentação», a uma segregação, aliás originalmente encarada como solução positiva, apesar de muito controversa hoje em dia. Outros, no entanto, interpretam a ânsia de manter as distâncias como um fenómeno tipicamente burguês.

E enquanto que alguns criticaram o imobilismo e a inércia nos domínios africanos portugueses, há quem ache que o Holandês chegou a irritar o Javanês por um excesso de organização e uma atitude demasiado metedida...

Um distanciamento crescente da época colonial levará também neste campo a estudos mais empíricos, mais objectivos e menos generalizantes. Aliás, já vão surgindo.

De qualquer maneira, duas características divergentes parecem-nos tão significativas que as queremos sublinhar aqui: o sonho de grandeza imperial que foi fomentado no povo português — enquanto que os historiadores falam da política de contracção holandesa — e o apego que o Português costuma ter à sua língua ao invés do Holandês. E existe obviamente uma ligação entre estes dois fenómenos. «A nossa pátria é a língua portuguesa.»

Na verdade, temos que salientar que o Português médio está mais afeiçoado à sua língua materna do que o Holandês médio. João de Barros escreve na 1.^a metade do séc. XVI, que o tempo pode pôr termo à supremacia portuguesa mas não à sua língua. Quando Filipe II de Espanha se torna também rei de Portugal em 1580, tem que jurar que vai respeitar a língua portuguesa. Um dos feriados nacionais chama-se «Dia de Camões e das Comunidades portuguesas». Não consigo imaginar um «Dia de Vondel e das Comunidades neerlandesas». O facto de um ministro português ter usado o inglês numa reunião internacional em Paris, este inverno, ocasionou uma tempestade nos meios de comunicação — enquanto estou convencida, que uma certa percentagem de Holandeses não se importava de trocar a sua língua materna pelo inglês. Claro, temos que perguntar se o Português de hoje teria este apego à sua língua se o seu idioma estivesse limitado ao número de falantes na Europa e não tivesse os seus prolongamentos brasileiro e africano?

Para explicar esta menor consciência linguística holandesa, podia-se lembrar também que a língua neerlandesa nos Países Baixos nunca foi seriamente ameaçada. Nem por outras línguas no interior das suas fronteiras — o frísio nunca foi uma alternativa — nem pelas línguas poderosas dos seus vizinhos — já que a ocupação dos seus territórios foi rara e sempre por relativamente pouco tempo. Situação que contrasta muito com aquela da Flandres.

Outros acham que se trata da atitude natural de um povo tradicionalmente comerciante, com uma pátria de tamanho reduzido, que carece de matérias-primas. Acabou-se por fazer uma virtude de uma necessidade, interpretando o uso inevitável de outras línguas como sinal de abertura, largueza de vista, espírito internacionalista e cosmopolita.

Este seu interesse pelas línguas estrangeiras vem de longe. Na «Origem da Lingoa Portuguesa» de Duarte Nunes de Leão (1606) lê-se: «[...] todolos anos, nas naos que a Portugal vêm, continuamente mandam muito número de moços, filhos de mercadores e tratantes, a aprender a lingoa portuguesa, e servem só por o prémio de a saberem.» O governo de Batávia apontou em 1674: «Os Holandeses consideram uma grande honra saber falar uma língua estrangeira.» No Cabo, os tripulantes dos navios que aí faziam escala, foram atendidos em neerlandês, mas também em francês, inglês e alemão. Em 1779 a comunidade de Batávia chegou a pedir um sermão em francês de quinze em quinze dias. Mas que neste interesse pelas

línguas o pragmatismo não está ausente, prova-nos o anúncio persuasivo de um Instituto de Línguas, lido há pouco tempo: «quatro biliões de consumidores não falam neerlandês.»

Certos críticos explicam este menor amor do Holandês à língua materna pela falta de nacionalismo, enquanto se crê geralmente, que o povo português é um dos mais nacionalistas da Europa. Não terá nada a ver com o facto, que a nação portuguesa se formou tão cedo — as suas fronteiras datam da Reconquista e são as mais antigas da Europa — enquanto que os Países Baixos se tornaram um estado numa época bastante mais tardia? Fala-se de uma certa solidariedade no séc. XVI, quando as Províncias Unidas se revoltaram contra os Espanhóis, mas só a partir da revolução francesa se formou um estado unitário — o que explicaria uma maior lealdade para com a cidade e a província, do que pelo todo. E há quem diga, que foi a segunda guerra mundial que aproximou mais os cidadãos, fazendo deles uma verdadeira nação. Todavia, esta evolução ficou atenuada pelo impacto do marxismo e do socialismo na sociedade holandesa.

Alguns críticos foram mais longe, acusando o Holandês de falta de patriotismo e idealismo. O professor francês Bousquet, por exemplo, a propósito de uma visita a Sumatra. Aí constatou que os alunos ou não sabiam neerlandês ou davam preferência ao inglês. A reacção do bom patriota que o professor Barnouw era, vale a pena ler. Veja-se a sua resposta na rubrica «Monthly Letters» para a Netherland-America Foundation no verão de 1941. No cerne daquela encontra-se obviamente a afirmação de que o Holandês tem assumido uma atitude tolerante através dos séculos, que se absteve conscientemente de qualquer forma de imperialismo cultural, que tinha demasiado bom senso para alienar os povos indígenas da sua própria cultura, do seu habitat. Teria tido uma aversão secular de tudo o que era chauvinismo e fanatismo.

Os adversários, porém, retorquem que é difícil distinguir a fronteira entre tolerância e indiferença, entre tolerância e oportunismo. E que o alegado respeito pelas várias etnias e as suas culturas dentro de um determinado território pode muito bem disfarçar a divisa «divide et impera».

A seguir à segunda guerra mundial, A. Mourik foi um daqueles que acreditou num retorno dos Holandeses à Ásia, mas em bases bem

diferentes. Nós, que temos a vantagem da pós-visão, sabemos que depois da derrota infligida aí pelos Japoneses, isso era impossível.

Ao seu artigo e alguns outros contributos, como de De Vries e Groeneboer, fomos buscar mais componentes convergentes para explicar a difusão limitada do neerlandês. No entanto, não entramos na matéria, já que parece ter havido paralelos portugueses na África.

Assim apontou-se para a presença de muitos estrangeiros nos primórdios da expansão holandesa. A discrepância entre os princípios da boa nova e o comportamento real dos colonizadores não os tornou simpáticos. O emigrante médio não costumava distinguir-se por muita cultura. Muitas vezes faltou o dinheiro para o ensino, ou por o gastar em acções militares, ou por falta de procura dos produtos coloniais no mercado internacional, ou por dar prioridade a infra-estruturas (estrada, comboio, equipamento portuário...), e, claro, antes do aparecimento da política ética os interesses da metrópole vinham sempre em primeiro lugar. Não se investiu o suficiente em escolas secundárias e institutos superiores. Os programas eram pouco adequados e os métodos também. As exigências eram demasiado elevadas, avaliou-se os conhecimentos de neerlandês como se da língua materna se tratasse. Receou-se uma deslocação maciça de mão-de-obra rural para as cidades. As estruturas vigentes nas colónias não podiam absorver nativos com formação superior. Procurou-se evitar que o nativo contactasse, através do idioma europeu, com as ideias revolucionárias europeias. O colonialista não queria perder a sua superioridade. Falar a mesma língua teria levado a um contacto mais confiado — principalmente na Indonésia, onde se usava o malaio cerimonial e não-cerimonial de acordo com o contexto social, distinção que não existia de maneira tão pronunciada em neerlandês. E claro houve quem, cioso da sua privacidade, preferisse não ser entendido pelo pessoal doméstico ou outro.

Contudo, é óbvio que estes elementos devem ser avaliados à luz da situação na própria metrópole e tendo em conta a história ocidental e universal.

K. Groeneboer que está a preparar o seu doutoramento sobre a política linguística neerlandesa nas Índias Orientais, sob ângulo sociolinguístico, define o espectro da última fase assim: as línguas indígenas para o povo, o malaio para a comunicação inter-racial e inter-étnica, o neerlandês para os europeus e uma elite indígena.

Com o desaparecimento do português, uma das duas línguas francas já existentes no Arquipélago quando os Holandeses chegaram, a alternativa indígena — o malaio — ganhou cada vez mais terreno. Quando o governo holandês, por volta de 1900, tinha estendido o seu domínio a quase toda a zona, este viu-se confrontado com umas centenas de línguas. Chegou-se então, por razões práticas, a sistematizar uma das variantes do malaio, mediante a fixação da sua ortografia e a elaboração de uma gramática. Desta maneira os próprios Holandeses contribuíram para a sua difusão. E não é de admirar que o nacionalismo crescente a partir dos anos vinte promoveu o malaio como língua da unificação e, mais tarde, da independência como «Bahasa Indonesia».

Por fim, muito importantes para a resposta à nossa pergunta inicial parecem-me ainda estes três factores:

O primeiro tem a ver com o peso dos números, dos povos colonizados por um lado e dos colonizadores por outro. Na Ásia os Holandeses lidaram com uma população extremamente numerosa: quase 61 milhões nos anos trinta, com uma concentração excessiva em Java. O total dos habitantes das colónias portuguesas na África parece não ter excedido os 20 milhões nos anos setenta. Com isso contrasta o número de pessoas que falam, no mundo, neerlandês como língua materna e o número de falantes de português, já que ao grupo do antigo continente se juntou o contingente maciço do Brasil. No séc. XX, quando a procura do neerlandês na Ásia se tornou maior do que a oferta — fenómeno que acompanhou o impacto geral da civilização ocidental — houve quem se perguntasse se era sensato impor uma língua com tão pouca difusão, e portanto utilidade, no mundo actual. Um círculo vicioso!

O segundo factor relaciona-se com o facto de que o continente asiático acordou mais cedo do que o africano. Os Portugueses aproveitaram estes decénios para aumentar o seu impacto, estimulando a emigração branca e dando mais importância ao ensino. Aliás, a presença de tantos militares brancos mais tarde aumentou também o contacto do nativo com a língua da metrópole.

E por último, temos que realçar o contexto geo-político, geo-económico bem diferente. Se é verdade que no mundo de hoje existe uma interdependência geral, aquela entre a Europa e a África parece ainda mais estreita.

Se quisermos, concluindo, fazer o balanço do português e do neerlandês no mundo, este afigura-se a traços largos assim:

Na Europa fala-se português em Portugal, acrescentado das regiões autónomas da Madeira e dos Açores. O neerlandês é falado nos Países Baixos e na Bélgica/Flandres, mas numa área que ficou bastante reduzida pela actuação dos seus poderosos vizinhos, principalmente pela França.

Na Ásia, quer o neerlandês (Indonésia), quer o português (Macau, Timor Leste e uns enclaves indianos) tornar-se-ão, aos poucos, históricos.

Se o português é actualmente uma língua universal, isso deve-se em primeiro lugar ao Brasil, que ocupa metade da América do Sul e parece ser o quinto país do mundo em superfície. Aí a escassa população índia, ainda vivendo na era da pedra na altura dos descobrimentos, foi subjugada e dizimada. Os negros importados como mão-de-obra falavam originalmente línguas maternas diferentes, tinham o estatuto social de escravos num habitat que lhes era estranho e estavam desorganizados. Assim não existia aí uma alternativa linguística suficientemente forte à língua dos colonizadores — ainda para mais que ao longo dos séculos houve repetidamente novas ondas de emigração portuguesa para o Brasil. Aliás, a independência de 1825 não levou a uma ruptura com a antiga metrópole, já que os imperadores do novo estado eram membros da casa real de Bragança. No Brasil independente Portugal conservou ainda por muito tempo uma posição privilegiada, principalmente no sector dos negócios mas não só. Podia-se talvez dizer que o Brasil significa para Portugal o que os EUA são para a Grã-Bretanha?

Esta situação contrasta com o que se passou na única colónia de fixação holandesa: o Cabo. Pela emigração branca menos numerosa, pelo impacto controverso do inglês, pelo isolamento dos Boers no interior, e pelo comportamento principalista conhecido e agora muito contestado, formou-se aí uma língua aparte: o Afrikaans. Mas a médio ou longo prazo o português do Brasil é capaz de seguir também o seu próprio caminho.

As ex-colónias africanas que se tornaram estados independentes nos anos setenta (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique) adoptaram o português como língua oficial. Para isso já apontava o seu uso pelos movimentos de libertação. Uns precisam de uma língua maior ao lado do seu idioma crioulo materno, outros necessitam de uma língua de comunicação e de

administração a sobrepôr ao grande leque de línguas maternas: aí o português tornou-se a língua da unificação. Trata-se de situações que fazem lembrar Aruba e as Antilhas Holandesas por um lado e a Suriname por outro. Mas os territórios de língua oficial neerlandesa no Oeste têm um peso numérico muito diminuto: ficam longe do milhão. Ainda por cima, as ilhas de Sotavento estão na zona de influência do inglês e as de Barlavento encontram-se mais perto de Venezuela e seu espanhol do que o porto de Antuérpia do Mar do Norte. Se, devido às várias etnias com as suas culturas e línguas diferentes, o neerlandês continua como língua oficial da Suriname, a língua crioula sranan está a ganhar terreno como língua franca — ainda para mais que a independência levou ao êxodo dos habitantes que mais se sentiam ligados à antiga metrópole: mais de um quarto da população.

O neerlandês chegou a ser denominado «a língua das oportunidades perdidas». Sim e não. Parece-me que a história tem a sua lógica própria.

Abril de 1989

Roza Huylebrouck

BIBLIOGRAFIA

- BARNOUW, Adriaan J. — *Monthly Letters on the culture and history of the Netherlands*, Assen, Van Gorcum-Prakke, 1969.
- BOXER, C. R. — *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800*, 3rd impression, London, Hutchinson, 1972.
- BOXER, C. R. — *O Império Colonial Português (1415-1825)*, 2.ª ed., Lisboa, Edições 70, 1981. Trad. de Inês Silva Duarte.
- BOXER, C. R. — *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*, Lisboa, Edições 70, 1981. Trad. de Maria de Lucena Barros e Sá Contreiras.
- CHARRY, Eddy; KOEFOED, Geert; MUYSKEN, Pieter (red.) met medewerking van KISHNA, Sita — *De talen van Suriname*, Muiderberg, Coutinho, 1983. (Veja-se em particular o contributo de Jan Voorhoeve).
- CLARENCE-SMITH, Gervase — *The third Portuguese empire 1825-1975. A study in economic imperialism*, Manchester University Press, 1985.
- COOLHAAS, W. Ph. — *A critical survey of studies on Dutch Colonial History*, 3rd impression, 's Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1972.
- DAVIDSON, Basil — *L'Afrique ancienne*, Paris, FM/petite collection maspero, 1973.
- Een zestiende-eeuwse Hollander in het verre Oosten en het hoge Noorden. Leven, werken, reizen en avonturen van Jan Huyghen van Linschoten*

O NEERLANDÊS: UMA LÍNGUA UNIVERSAL?

- (1563-1611), uitgegeven door A. van der Moer, 's Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1979.
- FREYRE, Gilberto — *O Luso e o Trópico*, Lisboa, 1961. Comissão Executiva das Comemorações do V. Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- GOSLINGA, Cornelis Ch. — *A short history of the Netherlands Antilles and Surinam*, The Hague/Boston/London, Martinus Nijhoff, 1979.
- GROENEBOER, Kees — *De taalpolitiek in Nederlands-Indië, een eerste verkenning van de literatuur*. Seksi Belanda, Fakultas Sastra, Universitas Indonesia, Jakarta, 1987. Agradecemos a leitura do seu texto dactilografado.
- HAAN, F. de — *Uit de nadagen van de «Loffelijke Compagnie»*. Een keuze uit de geschriften samengesteld door Rob Nieuwenhuys. Amsterdam, Querido, 1984.
- HORTA, Korinna — *Garcia de Orta: luta pelo Progresso e não pela Fé*. «História», 55, Maio de 1983, pp. 58-61.
- HUGGETT, Frank E. — *The Modern Netherlands*, London, Pall Mall Press, 1971.
- INQUÉRITO. *Qual, no seu entender, o futuro do português como língua literária em África?*. «Colóquio-Letras», Lisboa, 21, Set. de 1974, pp. 5-16.
- KOSSMANN, E. H. — *The Low Countries 1780-1940*. «Oxford history of modern Europe», Oxford, Clarendon Press, 1978.
- LOPES, David — *Expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII*, 2.^a ed. revista, prefaciada e anotada por Luís de Matos, Porto, Portucalense Editora, 1969.
- MATOS, Luís de — *O português — língua franca no Oriente*. «Colóquios sobre as Províncias portuguesas do Oriente», Lisboa, vol. II, 1968, pp. 11-23.
- MEILINK-ROELOFSZ, M. A. P. — *De VOC in Azië*, Bussum, Van Dishoeck, Unieboek b. v., 1976. (Contributos de A. Das Gupta, H. K. s' Jakob, L. Y. Andaya, John E. Wills jr., M. Kanai).
- MOURIK, A. van — *Het Nederlands in Indië*. «De Nieuwe Taalgids», Groningen/Batavia, J. B. Wolters, eerste aflevering, een-en-veertigste jaargang, 1948, pp. 9-14.
- RIBEIRO, Orlando — *A colonização de Angola e o seu fracasso*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1981.
- ROMEIN, Jan en Annie — *De lage landen bij de zee. Een geschiedenis van het Nederlandse volk*. Amsterdam, Querido, 1979.
- SERRÃO, Joel (dir.) — *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981.
- STOLS, Eddy — *De Spaanse Brabanders of de Handelsbetrekkingen der Zuidelijke Nederlanden met de Iberische Wereld 1598-1648. Tekst*. Brussel, Paleis der Academiën, 1971.
- VASCONCELOS, Basílio — «Itinerário» de Dr. Jerónimo Münzer. (Excertos), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.
- VOOYS, C. G. N. de — *Geschiedenis van de Nederlandse taal*, Antwerpen, De Sikkel, 1952.
- VRIES, J. W. de — *Het Nederlands in Indonesië. I Historische achtergronden*. «Neerlandica extra muros», Muiderberg, Coutinho, 41, jaargang 1983, pp. 50-56.